

EDUCAÇÃO BILÍNGUE E PRESERVAÇÃO CULTURAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NAS ESCOLAS INDÍGENAS

Arthur Campos Gonçalves¹
Emmely Barbosa dos Santos²
Elimeire Alves de Oliveira³
Ijosiel Mendes⁴
Tiago Moreno Lopes Roberto⁵
Melka Carolina Catelan Faria⁶
Suéllen Danúbia da Silva⁷
Amanda Cuim da Silva⁸

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar os desafios e perspectivas da preservação das línguas originárias nas comunidades indígenas brasileiras, com foco na educação bilíngue como instrumento de valorização e resistência cultural. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, fundamenta-se em autores que discutem a diversidade linguística, os direitos indígenas e as políticas públicas educacionais. A perda das línguas indígenas é compreendida como resultado de processos históricos de colonização e assimilação forçada, intensificados pela marginalização sociocultural e pela ausência de políticas linguísticas eficazes. A análise evidencia a importância da formação docente intercultural, da produção de materiais pedagógicos em línguas nativas e da gestão escolar participativa como estratégias fundamentais para fortalecer a educação bilíngue e garantir o direito à identidade linguística dos povos indígenas. Conclui-se que a efetivação dessas ações requer um compromisso ético e político do Estado, aliado à autonomia e ao protagonismo das comunidades indígenas na construção de seus próprios projetos educativos.

7566

Palavras-chave: Línguas indígenas. Educação bilíngue. Povos originários.

¹Graduando Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Futura.

²Graduanda Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Futura.

³ Docente e Coordenadora no Curso de Pedagogia na Faculdade Futura. Graduada em Direito (UNIFEV). Graduada em Pedagogia (Faculdade de Antônio Augusto Reis Neves). Graduada em Letras (UNIFEV) Especialista em Gestão Escolar (UNICAMP). Mestre em Ensino e Processos Formativos (UNESP)

⁴ Docente da Faculdade Futura de Votuporanga. Graduado em Matemática. (UNIFEV). Especialista em Matemática (UNICAMP). Especialista em Matemática no Ensino Médio (UFSCAR). Mestrado em Matemática (UNESP).

⁵Graduado em Psicologia e Pedagogia. Especialista em Saúde Mental, Mestre em Psicologia e Saúde; Doutorando em Ciências da Saúde; Professor do Curso de Psicologia e Odontologia; Professor e Gestor de Políticas Acadêmicas da Faculdade Futura.

⁶ Graduada em Matemática (UNESP) Graduação em Pedagogia(Centro de Educação Continuada) Mestrado em Matemática (UNESP); Docente na Faculdade Futura. Coordenadora de Área (SEE/SP)

⁷Docente no curso de Pedagogia da Faculdade Futura. Graduada em Ciências Contábeis (UNIFEV), graduada em Administração pela Faculdade Futura, Graduanda em Pedagogia (UNIBF) Especialista em Administração Estratégica com ênfase em Marketing e Gestão de Recursos Humanos (UNILAGO), Especialização em Controladoria (UNIASSELVI), Mestrado em Administração (UNIMEP).

⁸ Docente na Faculdade Futura de Votuporanga, Docente na Prefeitura de Votuporanga. Mestre em Ensino e Processos Formativos (UNESP). Especialista em Educação Infantil e Ensino Fundamental, Coordenação Pedagógica (UFSCAR). Graduada em Pedagogia (UNIFEV).

ABSTRACT: This article aims to analyze the challenges and perspectives of preserving indigenous languages in Brazilian indigenous communities, focusing on bilingual education as an instrument of cultural appreciation and resistance. The research, of a qualitative and bibliographical nature, is based on authors who discuss linguistic diversity, indigenous rights, and public education policies. The loss of indigenous languages is understood as a result of historical processes of colonization and forced assimilation, intensified by sociocultural marginalization and the absence of effective language policies. The analysis highlights the importance of intercultural teacher training, the production of teaching materials in native languages, and participatory school management as fundamental strategies to strengthen bilingual education and guarantee the right to linguistic identity of indigenous peoples. It is concluded that the implementation of these actions requires an ethical and political commitment from the State, combined with the autonomy and protagonism of indigenous communities in the construction of their own educational projects.

Keywords: Indigenous languages. Bilingual education. Indigenous peoples.

1. INTRODUÇÃO

A diversidade linguística dos povos indígenas brasileiros representa um patrimônio imaterial de valor inestimável, que carrega modos próprios de pensar, sentir e interpretar o mundo. Contudo, as línguas originárias têm enfrentado sérios riscos de desaparecimento devido a múltiplos fatores históricos, sociais e culturais, entre os quais se destacam o preconceito linguístico, a desvalorização identitária, a pressão da língua portuguesa e a falta de políticas públicas eficazes.

7567

A educação bilíngue, reconhecida legalmente pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), surge como uma estratégia fundamental para a preservação e revitalização dessas línguas, mas sua implementação nas comunidades indígenas ainda apresenta inúmeros entraves.

O desafio da preservação das línguas indígenas está intimamente relacionado à continuidade da transmissão intergeracional, à formação docente qualificada, à produção de materiais didáticos adequados e à construção de propostas pedagógicas que respeitem e valorizem os saberes e práticas culturais indígenas. A realidade, contudo, é marcada pela ausência de valorização linguística, pela carência de infraestrutura educacional, pela fragilidade institucional e pela marginalização dos povos originários em diversos espaços sociais.

Neste contexto, parte-se da hipótese de que a efetiva preservação das línguas originárias no Brasil depende da consolidação de uma educação escolar bilíngue intercultural que vá além da simples tradução de conteúdos e que se fundamente no respeito às especificidades linguísticas e culturais dos povos indígenas. Justifica-se a presente pesquisa pela necessidade de

ampliar a compreensão crítica sobre os principais obstáculos enfrentados nesse processo, fornecendo subsídios teóricos e reflexivos que possam contribuir para o fortalecimento de práticas educativas mais inclusivas e comprometidas com a diversidade linguística.

O objetivo geral deste estudo é analisar os desafios e as dificuldades enfrentadas na preservação das línguas originárias e na implementação da educação bilíngue nas comunidades indígenas brasileiras. Como objetivos específicos, propõe-se: (i) apresentar a importância da língua indígena na preservação cultural e identitária (ii) identificar os fatores históricos e socioculturais que contribuem para a perda das línguas indígenas; (iii) discutir os desafios para a implementação da educação indígena bilíngue no contexto das comunidades indígenas; (iv) refletir sobre a formação docente e os recursos pedagógicos disponíveis para a atuação em contextos bilíngues; e (v) apontar possíveis caminhos para o fortalecimento da educação intercultural nas comunidades indígenas.

A metodologia adotada será de natureza qualitativa, com enfoque bibliográfico, fundamentando-se na análise de obras acadêmicas, legislações, documentos institucionais e estudos de caso relevantes sobre a temática. Esta abordagem visa aprofundar a compreensão do fenômeno a partir de diferentes perspectivas teóricas, respeitando a complexidade e a especificidade do contexto indígena no Brasil.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A Importância da Língua Indígena na Preservação Cultural e Identitária

A educação escolar indígena no Brasil é regida por princípios específicos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, que assegura aos povos indígenas o direito à diferença e à utilização de suas línguas e tradições na educação (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB- Lei nº 9.394/1996) também reafirma esses direitos, ao reconhecer a necessidade de uma educação bilíngue e intercultural que respeite os modos próprios de ser, viver e aprender desses povos (Brasil, 1996).

Diversos estudiosos têm discutido a importância da língua como elemento de preservação da identidade cultural e como meio de resistência frente à colonização histórica sofrida pelos povos indígenas (Baniwa, 2006; Grupioni, 2006).

Conforme Batista (2023), a língua materna é um considerável elemento da identidade dos povos indígenas e um instrumento importante de transmissão de saberes tradicionais, histórias, mitos, rituais e práticas cotidianas. Baniwa ressalta sua importância simbólica nas

conexões entre seres humanos e destes com a natureza e que sua perda implicaria numa “quebra ou redução de conectividade entre os seres e, conseqüentemente, afetando o equilíbrio e a harmonia da vida no mundo” (2014, p.17).

“Perdida a língua de forma abrupta, sob pressão de outro povo que tenta impor outra cultura, perde-se a maior parte daquele conhecimento pela destruição do sistema de referência que o mantinha integrado e operante” (Rodrigues, 2007, p.4).

Neste sentido, um apagamento simbólico e epistemológico e que vai além da comunicação, atingindo a própria existência cultural dos povos originários e a diversidade cultural, já que cada língua é dotada de símbolos próprios organizados historicamente para conhecer e agir sobre o mundo (Meliá, 2020)

Pesquisas apontam que a educação bilíngue, quando adequadamente estruturada, pode promover o fortalecimento das línguas indígenas, desde que parta da realidade sociocultural das comunidades e envolva professores indígenas devidamente formados e falantes (Ballesteros Márquez, Schmelkes, 2020).

No entanto, a implementação prática da educação bilíngue no Brasil encontra obstáculos diversos, como a falta de materiais didáticos específicos, a escassez de registros linguísticos, a baixa valorização institucional das línguas originárias, escassez ou a frágil formação docente (De Oliveira et al, 2025).

7569

Outro aspecto importante é a influência dos processos de urbanização sobre as comunidades indígenas, nas quais a convivência com línguas socialmente mais valorizadas acelera o desaparecimento das línguas originárias. As novas gerações passam a adotar os idiomas de maior prestígio, enquanto o idioma tradicional é visto como pertencente aos mais velhos e ligado a situações de vulnerabilidade e exclusão (De Casto e Lopes, 2025).

Por isso, é necessário compreender que a educação bilíngue não se limita ao ensino de duas línguas, mas deve ser pensada como um processo intercultural de construção de saberes, na qual a escola seja um espaço entre duas concepções de mundo, “a indígena e a não indígena, permitindo a circulação de duas culturas” (Bergamaschi e Medeiros, 2010, p.62).

Isso demanda, pois, o envolvimento ativo das comunidades, o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais e a construção de currículos próprios, que articulem a oralidade, a escrita e os modos próprios de aprendizagem dos povos indígenas.

De acordo com Pereira (2016), a valorização e a preservação das línguas indígenas exigem políticas públicas contínuas que enfrentem o preconceito e a discriminação contra os povos

indígenas, a ausência de políticas linguísticas mais amplas, o desconhecimento, tanto por parte da sociedade em geral quanto de algumas comunidades indígenas, sobre a complexidade do tema, a escassa divulgação da causa e a limitada participação indígena no planejamento linguístico, fatores que contribuem para a restrita abrangência das ações existentes.

2.2 Fatores históricos e socioculturais da perda das línguas indígenas

A perda das línguas indígenas no Brasil está profundamente ligada aos processos históricos de colonização e à imposição da cultura ocidental como modelo civilizatório hegemônico.

Para Calvet (2002), esse não é um processo novo, pois desde os primórdios, tanto indivíduos como o poder político intervieram nas A intervenção humana na língua ou nas situações linguísticas para privilegiar e impor determinada língua de uma minoria. E esse foi o caso dos povos originários, que passaram a ser sistematicamente submetidos a políticas de assimilação linguística e cultural.

Do ponto de vista sociocultural, a desvalorização das línguas indígenas está intimamente ligada à marginalização dos povos originários na sociedade brasileira. O preconceito linguístico, que considera línguas, como as indígenas e africanas, como "inferiores" ou "rudimentares", colabora para que muitos falantes, especialmente os mais jovens, optem por não utilizar sua língua materna em contextos públicos, contribuindo para o seu desuso progressivo (Bagno, 2007).

7570

Conforme Saviani (2011), no século XVI, com a chegada dos colonizadores europeus em solo brasileiro, as missões jesuíticas, ao mesmo tempo em que proporcionaram o aprendizado de algumas línguas indígenas para facilitar a catequese, também promoveram a substituição gradual dessas línguas pela língua geral ou pelo português, sobretudo com a progressiva integração forçada dos indígenas à sociedade colonial. O objetivo principal era o de catequizar e incorporar os indígenas à lógica do cristianismo europeu.

Mesmo com a expulsão dos jesuítas, em 1759, e a adoção do português como única língua oficial do Império, intensificou-se a repressão às línguas nativas (Oliveira, 2009) e a partir do século XIX, com a consolidação do Estado-nação brasileiro, a língua portuguesa foi promovida a instrumento de unidade nacional e modernização (Santos, 2021).

Neste contexto, as políticas indigenistas implementadas no período passaram a buscar a integração do indígena à sociedade nacional, reforçando a ideia de que sua cultura e língua deveriam ser abandonadas em nome da “civilização”. Essa concepção se manteve durante boa

parte do século XX, inclusive sob a atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que historicamente oscilaram entre ações protetivas e assimilacionistas (De Oliveira et al, 2025).

Em documento elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2020), com a participação de diferentes povos indígenas os fatores que contribuem para a perda das línguas indígenas são múltiplos e interdependentes, que vão desde o processo de colonização, as formas de comunicação dominantes, como a mídia, o currículo escolar, a interferência religiosa, políticas assimilacionistas, preconceito linguístico, desvalorização social, migração, urbanização, falta de políticas públicas e desestruturação territorial.

O reconhecimento desses elementos é fundamental para que se construam estratégias de preservação e revitalização que envolvam tanto ações educativas quanto políticas afirmativas voltadas à valorização das identidades indígenas em sua totalidade.

2.3 A Educação Bilíngue no Contexto das Comunidades Indígena e os desafios para sua Implementação

A educação escolar, se não for pensada a partir de uma perspectiva intercultural e bilíngue, tende a reproduzir os mesmos mecanismos de exclusão linguística que historicamente contribuíram para a perda dessas línguas. Assim, a preservação das línguas indígenas exige não apenas o reconhecimento legal de sua importância, mas também ações pedagógicas, políticas e culturais concretas que promovam seu uso cotidiano, especialmente no ambiente escolar (Baniwa, 2006).

A formação de professores indígenas representa um dos principais pilares para a consolidação de uma educação bilíngue e intercultural de qualidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seu artigo 78, estabelece que o Estado deve assegurar aos povos indígenas a utilização de suas línguas e processos próprios de aprendizagem (Brasil, 1996). Nesse sentido, reconhece-se a necessidade de formação de professores indígenas em cursos específicos, que considerem tanto os conhecimentos acadêmicos quanto os saberes tradicionais das comunidades. A criação dos cursos de magistério indígena e das Licenciaturas Interculturais em diversas universidades brasileiras representa um avanço nesse campo, embora ainda insuficiente diante da diversidade linguística e cultural existente.

No entanto, este processo ainda enfrenta inúmeros obstáculos estruturais, pedagógicos e políticos que comprometem a efetividade das práticas educativas nas comunidades indígenas.

A ausência de programas continuados de formação inicial e continuada, bem como a escassez de recursos didáticos, materiais didáticos produzidos nas línguas maternas, disseminação de informações oriundas de livros didáticos que não consideram o contexto sociocultural, são alguns dos elementos desse desafio (Grupioni, 2006).

Apesar dos avanços observados ao longo dos anos, como o aumento de 47% no número de docentes indígenas com ensino superior entre os censos escolares de 2013 e 2022, os dados ainda indicam que o cenário está longe do ideal. Essa insuficiência impacta diretamente a qualidade do ensino oferecido nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, conforme evidenciado pelo Censo da Educação Básica de 2022 (MEC, 2024).

Assim, os professores indígenas frequentemente se veem diante da responsabilidade de atuar em contextos bilíngues, sem que tenham recebido preparação adequada para lidar com as especificidades linguísticas, culturais e metodológicas do ensino em sua língua materna.

Além da formação docente, a carência de materiais didáticos específicos é outro entrave significativo. A maioria dos livros, cadernos pedagógicos e demais recursos educacionais são produzidos em língua portuguesa e baseados em uma lógica ocidental, o que dificulta sua aplicação em contextos indígenas. Quando existem materiais nas línguas nativas, muitas vezes são elaborados sem a participação efetiva das comunidades ou não contemplam suas cosmologias e práticas sociais.

7572

A produção de materiais bilíngues e interculturais deve considerar não apenas a tradução de conteúdos, mas a valorização dos conhecimentos tradicionais, dos mitos, das histórias orais e das práticas cotidianas das comunidades. A educação escolar indígena, portanto, precisa ser pensada como um espaço de fortalecimento da identidade cultural, da língua materna e da autonomia pedagógica dos povos indígenas (Baniwa, 2006).

Outro obstáculo significativo enfrentado pelas escolas indígenas é a carência de infraestrutura apropriada. O Censo Escolar revelou que a maior parte das escolas indígenas está localizada em edificações pertencentes às próprias comunidades. No entanto, cerca de 25% dessas instituições (879) não funcionam em prédios escolares convencionais, e aproximadamente 30% (977) operam em estruturas improvisadas, como ranchos, galpões, paiol ou barracões. O levantamento também evidenciou que 60% (2.134) não dispõem de sala destinada à administração, enquanto 97% (3.366) não possuem ambiente voltado ao atendimento educacional especializado. Além disso, 85% (2.955) das escolas não contam com nenhum tipo de recurso de acessibilidade (Monteiro, Wenczenovicz, 2023).

Assim, investir na formação crítica, intercultural e bilíngue dos professores indígenas, bem como fomentar a criação de materiais pedagógicos que dialoguem com a realidade e a língua das comunidades, são medidas indispensáveis para garantir o direito à educação e à preservação das línguas originárias no Brasil.

2.4 Políticas Públicas e Diretrizes Educacionais para a Educação Bilíngue Indígena

A valorização das línguas indígenas e o fortalecimento da educação bilíngue no Brasil estão intrinsecamente ligados à formulação e à efetivação de políticas públicas que reconheçam a diversidade linguística como parte essencial do patrimônio cultural do país. A Constituição Federal de 1988 representa um marco importante ao assegurar aos povos indígenas o direito à diferença e à utilização de suas línguas e tradições em processos educacionais próprios (Brasil, 1988).

A partir da Constituição Federal de 1988, as políticas relativas aos indígenas mudaram de configuração, pautando-se no reconhecimento, valorização, preservação e resgate das identidades étnicas e a responsabilidade passa a ser do Ministério da Educação, por meio da Portaria Interministerial MJ/MEC nº 559, de 16 de abril de 1991 (Brasil, 1991)

A partir de 1993, foram lançadas as primeiras orientações voltadas à implementação da Política Nacional de Educação Escolar Indígena, as quais propuseram uma educação bilíngue, intercultural, específica e diferenciada, assegurando a participação efetiva das comunidades indígenas na construção e execução das ações educativas (Brasil, 1993).

Posteriormente, essas concepções ganharam reforço com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, que destacou a relevância da oferta de uma educação escolar voltada à valorização das línguas e culturas indígenas. Em seu artigo 78, reforça esse princípio ao determinar que a educação escolar indígena deve ser bilíngue e intercultural, voltada para a valorização das línguas maternas e o respeito à organização sociocultural de cada povo (Brasil, 1996)

Além disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (PCN-EEI) foram elaborados para orientar práticas pedagógicas contextualizadas, que priorizem os saberes tradicionais e a língua nativa (Brasil, 1999).

Nas últimas décadas, mesmo com os avanços legislativos em termos de reconhecimento dos direitos linguísticos dos povos indígenas, muitos desses grupos enfrentam um processo acelerado de substituição linguística, especialmente entre os mais jovens. A migração para os centros urbanos, a influência da mídia em português, a estigmatização da identidade indígena e

a ausência de políticas de valorização das línguas maternas contribuem para o enfraquecimento da transmissão intergeracional dessas línguas.

Entretanto, o distanciamento entre as diretrizes legais e sua aplicação concreta nas comunidades indígenas ainda é expressivo. Muitos dos direitos assegurados na legislação não se concretizam devido à falta de recursos financeiros, técnicos e humanos, bem como à ausência de políticas linguísticas eficazes e continuadas (Grupioni, 2006). A descontinuidade das ações governamentais, a rotatividade de gestores e a escassez de parcerias interinstitucionais dificultam a implementação de programas consistentes.

Apesar disso, há experiências exitosas desenvolvidas em algumas regiões do país, especialmente nos contextos em que as próprias comunidades indígenas têm protagonizado a gestão escolar e a elaboração de propostas pedagógicas. A criação de escolas indígenas diferenciadas, os cursos de Licenciatura Intercultural ofertados por universidades públicas e o envolvimento de organizações indígenas em processos de planejamento curricular representam avanços importantes no sentido da autonomia educacional (Baniwa, 2006).

No campo das políticas linguísticas, iniciativas como o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), instituído pelo Decreto nº 7.387/2010, têm buscado mapear e reconhecer as línguas faladas no Brasil como bens culturais imateriais, fomentando sua preservação por meio do registro e valorização social (Brasil, 2010). No entanto, para além do reconhecimento simbólico, é preciso garantir que essas línguas sejam efetivamente utilizadas em ambientes educacionais, administrativos e comunicacionais.

7574

Em 2022, o Censo Demográfico registrou a existência de 295 línguas indígenas no Brasil, faladas por 474.856 pessoas com dois anos de idade ou mais. As línguas com o maior número de falantes são Tikúna (51.978), Guaraní Kaiowá (38.658) e Guajajara (29.212). O levantamento também identificou idiomas utilizados por grupos muito pequenos, chegando, em alguns casos, a serem falados por apenas uma pessoa. Em comparação, o Censo de 2010 havia identificado 274 línguas entre indígenas de cinco anos ou mais. No mesmo período, observou-se um crescimento no número de falantes de línguas indígenas nessa faixa etária, que passou de 293.853 em 2010 para 433.980 em 2022 (Brasil, 2025).

Um dos caminhos relevantes é o fortalecimento da participação indígena nos fóruns de deliberação de políticas públicas. A participação ativa das comunidades é fundamental para a construção de políticas que respeitem a pluralidade cultural e linguística do país, rompendo com modelos colonizadores e centralizadores (Stefanin, 2020).

Portanto, a valorização das línguas indígenas e a consolidação da educação bilíngue requerem um compromisso político e ético do Estado brasileiro, articulado com a sociedade civil e, sobretudo, com os próprios povos indígenas. É preciso garantir a continuidade e a ampliação de políticas públicas específicas, a formação docente intercultural, a produção de materiais em línguas nativas, a gestão escolar autônoma e o respeito às cosmovisões indígenas como fundamentos de um projeto educacional verdadeiramente democrático e plural.

2.5 As Características das Escolas Indígenas no Brasil: Fundamentos e Estratégias Pedagógicas para a Valorização dos Saberes Tradicionais no Ensino Formal

As escolas indígenas são elementos importantes para a preservação da cultura indígena e constituem uma modalidade singular de instituição educacional, cuja organização, estrutura e funcionamento são regidos por princípios específicos que buscam garantir o respeito à diversidade étnica, linguística e cultural dos povos originários. Fundamentadas nos preceitos legais estabelecidos pela Resolução CEB nº 3/1999 do Conselho Nacional de Educação, essas instituições são concebidas para atender exclusivamente às comunidades indígenas, em consonância com sua realidade sociocultural (Brasil, 1999).

Um dos elementos centrais que caracteriza a escola indígena é sua localização em terras tradicionalmente habitadas por comunidades indígenas, ainda que tais territórios ultrapassem os limites geográficos de Estados ou Municípios. Além disso, a exclusividade do atendimento às populações indígenas reforça o princípio de autodeterminação desses povos no campo educacional, assegurando o direito a uma educação que se fundamente em suas especificidades culturais (Brasil, 1999) .

7575

O ensino nas escolas indígenas deve ser ministrado nas línguas maternas das respectivas comunidades, como estratégia de preservação das línguas originárias e, consequentemente, da identidade sociolinguística de cada povo. Nesse contexto, as escolas indígenas apresentam uma organização escolar própria, moldada por decisões tomadas com base na participação ativa da comunidade, respeitando suas formas tradicionais de representação e reivindicação (Brasil, 1999).

Conforme essa legislação, a organização e a gestão dessas instituições devem considerar, de forma essencial, a participação comunitária na definição de modelos pedagógicos, administrativos e infraestruturais. Isso implica o reconhecimento e a incorporação das estruturas sociais, das práticas socioculturais e religiosas, bem como das formas próprias de produção do conhecimento e dos processos de ensino-aprendizagem das comunidades

indígenas. Além disso, é necessário atender às atividades econômicas locais, garantindo que a construção e o funcionamento das escolas estejam alinhados aos interesses e necessidades da comunidade.

O uso de materiais didático-pedagógicos contextualizados, produzidos de acordo com as realidades socioculturais de cada povo indígena, também é um princípio fundamental. Esses recursos devem ser elaborados de forma colaborativa, envolvendo educadores indígenas e lideranças comunitárias, de modo a assegurar a legitimidade e a eficácia dos processos formativos (Brasil, 1999).

No que se refere à gestão escolar, as escolas indígenas gozam de certa flexibilidade organizacional, podendo desenvolver suas atividades escolares de maneira independente do calendário civil tradicional, respeitando os ciclos e fluxos próprios das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas da comunidade. Essa autonomia também se reflete na possibilidade de duração diversificada dos períodos escolares, ajustando-se às particularidades locais (Brasil, 1999).

A formulação do projeto pedagógico de cada escola, ou de cada povo indígena, deve estar ancorada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, mas articulada com os conteúdos curriculares específicos de cada povo, respeitando sua realidade étnico-cultural e sociolinguística. Esse projeto deve emergir da participação direta da comunidade indígena, reafirmando a concepção de uma educação intercultural, bilíngue e diferenciada.

7576

Assim, as escolas indígenas não apenas cumprem a função educativa, mas também desempenham um papel estratégico na preservação, valorização e fortalecimento das culturas indígenas, consolidando-se como espaços de como espaços de resistência, autonomia e afirmação dos direitos dos povos originários no Brasil.

3. METODOLOGIA

O método de pesquisa adotado é o bibliográfico, apoiado na análise de obras acadêmicas, legislações, documentos institucionais e estudos de caso relevantes sobre a temática. Conforme destacam Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica tem por objetivo levantar, selecionar e sistematizar o conhecimento já produzido, permitindo ao pesquisador compreender o estado atual das discussões e identificar lacunas teóricas ou práticas no campo de estudo. Dessa forma, foram consultadas fontes disponíveis em bases reconhecidas, como SciELO e Google Acadêmico, bem como em sites governamentais e institucionais, especialmente os do

Ministério da Educação (MEC) e da UNESCO, que oferecem diretrizes e relatórios oficiais sobre políticas educacionais e diversidade linguística.

Para o levantamento bibliográfico, foram empregados os descritores: “Línguas indígenas”, “Educação bilíngue” e “Povos originários”. Esses termos foram utilizados de forma combinada e isolada, a fim de abranger estudos relacionados ao objeto central da pesquisa. Foram definidos critérios de inclusão que contemplaram publicações que abordassem a estrutura da educação nacional, artigos completos, livros e documentos oficiais redigidos em língua portuguesa ou já traduzidos.

Por outro lado, os critérios de exclusão abrangeram resumos simples, documentos não traduzidos ou escritos em língua estrangeira e estudos voltados a outros grupos minoritários que não os povos indígenas. Essa delimitação buscou assegurar a pertinência temática e a consistência teórica das fontes selecionadas, garantindo que o material analisado estivesse diretamente relacionado à problemática investigada.

A análise dos dados seguiu uma perspectiva interpretativa, priorizando a compreensão crítica dos conteúdos a partir de diferentes referenciais teóricos, conforme propõe Lakatos. Assim, o processo de análise não se restringiu à descrição dos textos, mas envolveu a reflexão, a comparação e a articulação entre as ideias encontradas nas diversas fontes. Esse procedimento visou aprofundar a compreensão do fenômeno e identificar convergências e divergências nas abordagens sobre educação indígena e bilinguismo no Brasil.

7577

Dessa forma, a metodologia delineada está em consonância com o rigor científico defendido por Lakatos e Marconi (2003), assegurando a coerência entre o objeto de estudo, os objetivos propostos e os procedimentos adotados, de forma a possibilitar uma leitura abrangente e crítica das políticas educacionais voltadas aos povos indígenas, contribuindo para o fortalecimento da reflexão teórica e prática sobre o tema.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa abordou os desafios e perspectivas da preservação das línguas originárias nas comunidades indígenas brasileiras, com ênfase na educação bilíngue como instrumento fundamental para garantir o direito à identidade linguística e cultural desses povos. Com base em uma abordagem qualitativa e bibliográfica, foi possível compreender que a perda das línguas indígenas é resultado de uma complexa articulação entre fatores históricos, políticos e socioculturais, herdados de um processo de colonização marcado pela violência simbólica, pela negação da diversidade e pela imposição da língua portuguesa como instrumento de assimilação.

O estudo evidenciou que, embora a Constituição de 1988 e a LDB de 1996 representem avanços legais importantes ao reconhecer o direito dos povos indígenas à educação bilíngue e intercultural, ainda persistem dificuldades significativas na implementação efetiva dessas políticas. A precariedade na formação de professores indígenas, a carência de materiais didáticos específicos e a ausência de políticas linguísticas contínuas são obstáculos concretos que comprometem a vitalidade das línguas originárias nas escolas e nas comunidades.

Por outro lado, experiências exitosas têm mostrado que é possível construir práticas educativas baseadas no respeito à diversidade linguística e cultural, desde que as próprias comunidades indígenas participem ativamente do planejamento, gestão e avaliação dos processos escolares. A valorização dos saberes tradicionais, a produção de materiais em línguas nativas, a formação docente intercultural e o fortalecimento da autonomia escolar são estratégias indispensáveis para que a educação bilíngue cumpra seu papel de resistência e fortalecimento das identidades indígenas.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que a preservação das línguas indígenas não é apenas uma questão linguística, mas sobretudo uma questão de justiça histórica, de reconhecimento de direitos e de construção de uma sociedade verdadeiramente plural e democrática. O fortalecimento da educação bilíngue, articulada com políticas públicas comprometidas com a diversidade e a participação ativa das comunidades, é o caminho mais promissor para assegurar que as línguas originárias continuem vivas, transmitidas entre gerações e integradas aos projetos de vida e de futuro dos povos indígenas do Brasil.

7578

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2007. Disponível em <https://ia801305.us.archive.org/26/items/PreconceitoLinguistico/MarcosBagnoPrecLinguistico.pdf>. Acesso Jun. 2025

BALLESTEROS MÁRQUEZ, Ana Daniela, SCHMELKES Sylvia. Formação de docentes indígenas em alguns países da América Latina. 2020, Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375591_por. Acesso Out. 2025.

BANIWA, Gersem. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. 2014. Disponível em <https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/c211c991-ce0c-44a0-a607-568b479df316/content>. Acesso em Junh.2025.

BANIWA, Gersem. O índio brasileiro: o que você precisa saber. Brasília: MEC, 2006. Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/o-indio-brasileiro-o-que-voce-precisa-saber-sobre-os-povos-indigenas-no-brasil-de>. Acesso em Mai. 2025.

BATISTA, Marciano de Carvalho. Escola indígena e ensino da língua: uma análise das práticas de bilinguismo do povo Fulni-ô. 2023. 201 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2023. Disponível em <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9685>. Acesso em Mai. 2025

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang. Revista Brasileira de História, v. 30, p. 55-75, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbh/a/xwLfPnXVfss8xgqJScZQyps/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em Set.2025.

BRASIL, Presidência da República. Portaria Interministerial MJ/MEC nº 559, de 16 de abril de 1991. Dispõe sobre a regulamentação da educação escolar indígena. Brasília, 1991.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Brasília: Presidência da República, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC/SEF, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC/SEF, 1993. 22p. (Cadernos Educação Básica, série institucional, 2).

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. Censo 2022: Brasil tem 391 etnias e 295 línguas indígenas. Disponível em <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2025/10-1/censo-2022-brasil-tem-391-etnias-e-295-linguas-indigenas#:~:text=Censo%202022:%20Brasil%20tem%20391,ind%C3%ADgenas%20%E2%80%944%20Minist%C3%AGrio%20dos%20Povos%20Ind%C3%ADgenas>. Acesso em: Nov.2025.

CALVET, Louis-Jean. A guerra das línguas e as políticas linguísticas. São Paulo: Parábola, 2002. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/716497145/As-politicas-linguisticas-Louis-Jean-Calvet>. Acesso: Out.2025

DE OLIVEIRA, Elimeire Alves et al. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ÍNDIGENA COMO MODALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA. ARACÊ, v. 7, n. 2, p. 4694-4709, 2025. Acesso: Out. 2025.

GRUPIONI, Luís D. Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Organização Luís Donisete Benzi Grupioni. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. Disponível em

https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume8_formacao_de_professores_indigenas_repensando_trajetorias.pdf. Acesso: Out. 2025

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Diversidade linguística indígena : estratégias de preservação, salvaguarda e fortalecimento / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília : IPHAN, 2020. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/diversidade_linguistica_indigena_estrategias_de_preservacao_salvaguarda_fortalecimento2.pdf. Acesso: Out.2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 1994.

MELIÁ, Bartolomeu. A diversidade linguística na América Latina Indígena “Somos lo que hablamos y hablamos lo que somos.” In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Diversidade linguística indígena : estratégias de preservação, salvaguarda e fortalecimento / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília : IPHAN, 2020. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/diversidade_linguistica_indigena_estrategias_de_preservacao_salvaguarda_fortalecimento2.pdf. Acesso: Out.2025.

MONTEIRO, Jade de Oliveira. WENCZENOVICZ, Thais Janaina Direitos humanos, educação escolar indígena e interculturalidade: cartografia das escolas indígenas brasileiras – Joaçaba: Editora Unoesc, 2023. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/direitos-humanos-educacao-escolar-indigena-e-interculturalidade-1.pdf>. Acesso em Out. 2025.

7580

OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios: identidades, culturas e etnicidades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aoliveira-2016-nascimento/Oliveira_2016_O_nascimento_do_Brasil_etc.pdf. Acesso: Jun.2025

PEREIRA, Nadine dos Santos. Políticas linguísticas e conservação de línguas indígenas no Brasil. 2016. 65 f. Trabalho de conclusão de Curso. Disponível em <https://bdm.unb.br/handle/10483/16232>. Acesso: Out. 2025.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

RODRIGUES, Aryon D. As línguas indígenas no Brasil. São Paulo: Contexto, 2005. Disponível em http://www.letras.ufmg.br/lali/PDF/L%C3%ADnguas_indigenas_brasiliras_RODRIGUES,Aryon_Dall%C2%B4Iga.pdf. Acesso em Jun.2025

SANTOS, J. L. C. A. dos. Pretuguês and the internationalization of the brazilian language and culture - after all, what language do we want to internationalize?. Cadernos de Linguística, [S. l.], v. 2, n. 2, p. e371, 2021. DOI: 10.25189/2675-4916.2021.v2.n2.id371. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/371>. Acesso em: Out. 2025.

SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed., Campinas, SP: Autores Associados 2011.

STEFANINI, Marília Rulli. A participação indígena na construção de políticas públicas na sociedade do conhecimento. Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania – IDCC, Londrina, v. 5, n. 2, 2004, ago/dez, 2020. ISSN: 2596-0075. DOI: 10.48159/revistadoidcc.v5n2.stefanin. Acesso em: Out. 2025.